

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.393 - SP  
(2019/0023443-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**REQUERENTE : LUCAS SILVEIRA FREIRE (PRESO)**  
**ADVOGADOS : JOSÉ ANÍBAL BENTO CARVALHO - SP202624**  
**FÁTIMA TAYNARA DIAS BORGES E OUTRO(S) -**  
**SP400676**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

**LUCAS SILVEIRA FREIRE** ajuíza pedido de tutela provisória, com vistas à **atribuição de efeito suspensivo a recurso especial** – inadmitido na origem, com a interposição do respectivo agravo em recurso especial –, interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, proferido nos autos da Apelação Criminal n. 0000546-79.2017.8.26.0545.

A defesa afirma, em síntese, a plausibilidade jurídica do direito invocado no recurso especial e a existência do *periculum in mora*, com especial destaque ao fato de que foram apreendidos em poder do acusado somente **2,2 g de ecstasy**.

**Decido.**

Consta dos autos que o ora requerente – absolvido, em primeiro grau, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal – foi condenado, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, porque foi apreendido com 10 comprimidos de ecstasy, pesando, ao todo, **2,2 gramas** (fl. 133).

Pela leitura atenta do acórdão recorrido, sobretudo dos fundamentos invocados pela Corte estadual para negar a incidência do redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, justificar a fixação do regime inicial fechado e negar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, entendo que a postulação de direito material deduzida pela parte recorrente possui **plausibilidade jurídica**.

Ainda, constato que o agravo em recurso especial foi interposto tempestivamente e impugnou claramente os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, a afastar eventual incidência do óbice contido na Súmula n. 182 do STJ. Da mesma forma, as questões suscitadas no apelo especial foram tratadas no acórdão impugnado, a evidenciar o prequestionamento da matéria; as razões recursais apresentam argumentação suficiente para permitir a compreensão das teses e a sua apreciação prescinde de revolvimento do conteúdo fático-probatório amalhado aos autos. Igualmente, apontou-se ofensa direta e imediata a dispositivos de lei federal. De igual modo, registro que já foi instaurada a jurisdição desta Corte Superior de Justiça, com a interposição de agravo em recurso especial.

Por fim, vejo caracterizado o *periculum in mora*, uma vez que, além de a Corte estadual já haver determinado a execução provisória da pena depois do esgotamento das instâncias ordinárias (fls. 290-291), o recurso especial não tem efeito suspensivo (CPC, art. 497) e a posterior análise do recurso pode esvaziar a eficácia do futuro provimento do apelo raro. De fato, o risco de tornar-se imprestável o pronunciamento futuro desta Corte é real, o que, aliado ao *fumus boni juris* a respeito do recurso especial, impõe o deferimento da medida cautelar.

À vista do exposto, **defiro o pedido de tutela provisória** para, concedendo efeito suspensivo ao agravo em recurso especial interposto pelo requerente, sobrestar, até o julgamento final deste recurso, o cumprimento da pena a ele imposta nos autos da Apelação Criminal n. 0000546-79.2017.8.26.0545, devendo o acusado ser colocado em liberdade, se por outro motivo não houver necessidade de ser preso.

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor desta decisão às instâncias ordinárias para as providências cabíveis.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação acerca do mérito do agravo em recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**